

Resumo de Convênio

Referência

23/03/2023

Registro => 12621
Entidade => 50/079
Universidad Politécnica de Madrid

Objetivo : Mobilidade de estudantes e de pessoal acadêmico e administrativo, em conformidade com as cláusulas previstas no instrumento assinado

Órgão Gestor : 367 - INT - Secretaria de Assuntos Internacionais
Gestor : 1038176 - JOÃO HENRIQUE DA SILVA REGO
Gestor Subst.: 1035720 - CLAUDIO HENRIQUE DE ALMEIDA FEITOSA PEREIRA
Ato: 078/2023 - 21/03/2023

Instrumento : 3 - Acordo de Cooperação
Natureza : 6 - Cooperação Técnica, Intercâmbio
Esfera Admin. : 5 - Internacional

Data Assinatura: 08/03/2023 Data Início : 08/03/2023 Data Término : 08/03/2027

Valor : 0,00
Nro Processo : 23106.125807/2021-12
Nro Processo Origem :
Código SIAFI :

-----1ª Publicação DOU-----

Responsável: FUB
Data : 21/03/2023 Número : 55 Página : 77

Contato :
Endereço :

Telefone :

**ACORDO ESPECÍFICO DE MOBILIDADE ENTRE A
UNIVERSIDAD POLITÉCNICA DE MADRID, ESPANHA,
E A UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, BRASIL.**

Por uma parte, a **UNIVERSIDAD POLITÉCNICA DE MADRID**, doravante “UPM”, representada por seu Vice-reitor de Internacionalização, Prof. Luis Ricote Lázaro.

E por outra, a **UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**, doravante “UnB”, representada por seu Secretário de Assuntos Internacionais, Prof. Virgílio Pereira de Almeida.

Concordam em assinar o presente Acordo específico de mobilidade em conformidade com as seguintes cláusulas:

PRIMEIRA - INTERCÂMBIO DE ESTUDANTES

- a. As partes que firmam este Acordo comprometem-se a organizar o intercâmbio de estudantes, especificado na Primeira Cláusula, por um ou dois semestres acadêmicos. Serão admitidos períodos de intercâmbio de maior duração sempre que assim se estabeleça em um Acordo Específico Adicional a este Acordo. Ambas as partes deverão realizar o intercâmbio do mesmo número de estudantes.
- b. Poderão participar do intercâmbio os estudantes matriculados em alguma das instituições participantes do Acordo. Tais alunos deverão ter cursado pelo menos três anos completos ou 180 ECTS de estudos universitários ou o equivalente a 40% dos créditos totais (cursos com duração de 5 anos).
- c. A instituição de origem selecionará os estudantes aptos para o intercâmbio. Os candidatos deverão cumprir os requisitos de matrícula da instituição anfitriã. A instituição receptora se reserva o direito de aceitar os candidatos. Ambas as instituições aprovarão o plano de estudos individual a ser seguido pelo estudante.
- d. Será concedido a todos os estudantes que participarem do programa de intercâmbio os mesmos direitos de que normalmente gozam os estudantes matriculados na instituição de destino. Estes estudantes deverão respeitar as normas e os regulamentos da instituição receptora.
- e. O domínio do idioma do país anfitrião deverá ser suficiente para que se cumpra as metas do intercâmbio.
- f. Os estudantes que realizarem o intercâmbio pagarão pelos custos de matrícula em sua instituição de origem e ficarão isentos deste pagamento na instituição de destino. Os gastos adicionais, que incluem a contratação de seguro de assistência médica pelo período que durar a

estadia, dependerão do regulamento da instituição anfitriã e serão de responsabilidade do estudante de intercâmbio.

- g. Os estudantes de intercâmbio serão responsáveis por seus gastos de manutenção durante o período do intercâmbio, incluindo qualquer gasto universitário diferente daquele de matrícula.
- h. A instituição receptora enviará aos alunos aceitos uma carta de admissão e enviará à instituição de origem o histórico acadêmico com os resultados finais, obtidos pelos estudantes ao final do intercâmbio.

SEGUNDA - INTERCÂMBIO DE PESSOAL ACADÊMICO E ADMINISTRATIVO

- a. Qualquer das instituições participantes proporá à outra os candidatos a participar do programa de intercâmbio. Será concedido a todo o pessoal acadêmico ou administrativo que participar do programa os mesmos direitos de que gozam seus homólogos. Os participantes no intercâmbio deverão respeitar as normas e regulamentações da instituição receptora.
- b. A instituição receptora fornecerá aos participantes uma carta de admissão e notificará a instituição de origem.
- c. As instituições se comprometem a conceder o acesso aos serviços da instituição, assim como a proporcionar as condições de trabalho apropriadas.
- d. Os participantes do intercâmbio serão responsáveis pela contratação de seguro médico e de acidentes pelo período que durar o intercâmbio.
- e. O pessoal administrativo e acadêmico em intercâmbio será responsável por todos os gastos que ocorrerem durante o período do intercâmbio.
- f. O pessoal acadêmico e administrativo visitante não será considerado empregado da instituição anfitriã.

TERCEIRA - IMPLEMENTAÇÃO

Os detalhes para a implementação de qualquer atividade particular de colaboração que possa resultar deste Acordo serão formalizados em Acordos Bilaterais e Planos de Trabalho devidamente aprovados e conectados a este Acordo Específico de Colaboração. Estes instrumentos estão sujeitos a disponibilidade de recursos das partes.

Os Planos de trabalho deverão conter, no mínimo, as seguintes informações:

- a. Identificação do objetivo que se quer alcançar.
- b. Metas a alcançar.
- c. Etapas ou fases de execução.
- d. Plano de implementação de recursos financeiros, se aplicável.
- e. Cronograma de desembolsos, se aplicável.

- f. Previsão do início e do fim da execução do projeto específico, assim como da realização dos passos ou fases programadas.

QUARTA – VIGÊNCIA DO ACORDO

O presente Acordo vigorará por 04 (quatro) anos a partir da data de sua assinatura, podendo ser rescindido, por qualquer uma das partes, mediante notificação, por escrito, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

QUINTA - TÉRMINO

Este Acordo Específico de Mobilidade poderá ser denunciado ou rescindido por qualquer uma das partes desde que a outra parte seja informada por escrito com pelo menos 30 dias de antecedência. As atividades em processo, acordadas por Acordos Bilaterais, não serão afetadas e deverão, por consequência, ser concluídas ainda que haja denúncia por uma das partes.

SEXTA - SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

As duas partes solucionarão qualquer dúvida ou controvérsia sobre o presente Acordo por meio de negociação direta. Se não for alcançada uma solução por negociação direta entre as partes, haverá negociação por meio de arbitragem. A UPM elegerá um árbitro, a UnB elegerá outro árbitro e o terceiro será eleito de comum acordo.

Lido o presente documento, assinam o presente Acordo específico de mobilidade em duas vias, em língua portuguesa e espanhola, com mesmo conteúdo e validade.

UNIVERSIDAD POLITÉCNICA DE MADRID	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
<p>RICOTE LAZARO LUIS - DNI 07527552C</p> <p>Firmado digitalmente por RICOTE LAZARO LUIS - DNI 07527552C Fecha: 2023.03.08 10:27:42 +01'00'</p>	<p>Documento assinado digitalmente DIEGO DE TASSIO SILVA Data: 16/11/2022 15:11:11-0300 Verifique em https://verificador.itl.br</p>
<p>Prof. Dr. Luis Ricote Lázaro Vice-reitor de Internacionalização</p> <p>Data</p>	<p>Diego de Tássio Silva Secretário de Assuntos Internacionais Substituto</p> <p>Data</p>



POLITÉCNICA



Universidade de Brasília

**CONVENIO ESPECÍFICO DE MOVILIDAD ENTRE LA
UNIVERSIDAD POLITÉCNICA DE MADRID, ESPAÑA
Y LA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, BRASIL**

Por una parte, la **UNIVERSIDAD POLITÉCNICA DE MADRID**, a quien en lo sucesivo se le denominará “UPM”, representada por su Vicerrector de Internacionalización, Prof. Luis Ricote Lázaro.

Y por la otra, la **UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**, a quien en lo sucesivo se le denominará “UnB” representada por su Secretario de Asuntos Internacionales, Prof. Virgílio Pereira de Almeida.

Acuerdan firmar el presente Convenio Específico de Movilidad de conformidad con las siguientes cláusulas:

PRIMERA - INTERCAMBIO DE ESTUDIANTES

- a) Las partes que han firmado este convenio se comprometen a organizar el intercambio de estudiantes especificados en la Primera Cláusula para uno o dos semestres académicos. Se admitirán periodos de intercambio de mayor duración siempre que así se establezca en un Convenio Específico Adicional a este convenio. Ambas partes deben intercambiar el mismo número de estudiantes.
- b) Podrán participar en el intercambio aquellos estudiantes que se encuentren matriculados en alguna de las instituciones firmantes. Estos estudiantes deberán haber cursado al menos tres años completos o 180 ECTS de estudios universitarios o el equivalente al 40% de los créditos totales de una diplomatura de 5 cursos académicos.
- c) La institución de origen seleccionará a los estudiantes aptos para intercambio. Los candidatos deben cumplir los requisitos de matrícula de la institución anfitriona. La institución receptora se reserva el derecho a aceptar los candidatos. Ambas instituciones aprobarán el plan de estudios individual que seguirá el estudiante.
- d) Se otorgará a todos los estudiantes que participen en el programa de intercambio los mismos derechos de los que normalmente gozan los estudiantes matriculados en la institución de destino. Estos estudiantes deberán respetar las normas y regulaciones de institución receptora.
- e) El dominio de la lengua del país anfitrión debe ser suficiente para que cumplan las metas del intercambio.
- f) Los estudiantes que realicen un intercambio pagarán los gastos de matriculación en su institución de origen y quedarán exentos de este pago en la institución de destino. Los gastos adicionales, que incluyen la contratación de un seguro de asistencia médica por el periodo que dure la estancia, dependen de la reglamentación de la institución que los recibe y serán responsabilidad del estudiante de intercambio.



- g) El estudiante de intercambio es responsable de sus gastos de manutención durante el periodo de intercambio, incluido cualquier gasto universitario diferente de la matrícula.
- h) La institución receptora proporcionará a los alumnos aceptados una carta de admisión y proporcionará a la institución de origen una certificación académica de los resultados finales obtenidos por los estudiantes una vez terminado el intercambio.

SEGUNDA - INTERCAMBIO DE PERSONAL ACADÉMICO Y ADMINISTRATIVO

- a) Cualquiera de las instituciones firmantes propondrá a la otra los candidatos a participar en el programa de intercambio. Se otorgará a todo el personal académico o administrativo que participe en el programa de intercambio los mismos derechos de los que normalmente gozan sus homólogos. Los participantes en el intercambio deberán respetar las normas y regulaciones de institución receptora.
- b) La institución receptora proveerá a los participantes de una carta de admisión y lo notificará a la institución de origen.
- c) Las instituciones se comprometen a facilitar el acceso a los servicios de la institución, así como, a proporcionar las condiciones de trabajo apropiadas.
- d) Los participantes en el intercambio deberán responsabilizarse de contratar un seguro médico y de accidentes para el periodo que dure el intercambio.
- e) El personal administrativo y académico en intercambio es responsable de todos los gastos en que incurra durante el periodo de intercambio.
- f) El personal académico y administrativo visitante no se convierte en empleado de la institución anfitriona.

TERCERA – IMPLEMENTACIÓN

Los detalles para la implementación de cualquier actividad particular de colaboración que resulte de este Convenio, serán formalizados en Acuerdos Bilaterales y Planes de Trabajo debidamente aprobados y conectados a este Convenio Específico de Colaboración. Estos instrumentos están sujetos a la disponibilidad de recursos de las partes.

Los Planes de Trabajo deberán contener, como mínimo, las siguientes informaciones:

- a) Identificación del objeto a llevar a cabo.
- b) Metas a conseguir.
- c) Etapas o fases de ejecución.
- d) Plan de implementación de recursos financieros, cuando sea de aplicación.
- e) Cronograma de desembolsos, cuando sea de aplicación.
- f) Previsión del inicio y fin de ejecución del proyecto específico, así como de la realización de los pasos o fases programados.



CUARTA - DURACIÓN DEL CONVENIO

El presente Convenio tendrá vigencia por 04 (cuatro) años a partir de la fecha de su firma, pudiendo ser rescindido, por cualquiera de las partes, mediante notificación, por escrito, con antelación mínima de 60 (sesenta) días.

QUINTA - TERMINACION

Este Convenio Específico de Movilidad podrá ser denunciado o rescindido por cualquiera de las partes siempre que la otra parte sea informada por escrito con al menos treinta días de antelación. Las actividades en proceso acordadas por Acuerdos Bilaterales no se verán afectadas y deberán en consecuencia ser completadas aun cuando haya denuncia por una de las partes.

SEXTA - IMPUGNACION

Las dos partes solucionarán cualquier duda o controversia sobre el presente Convenio por medio de negociación directa. Si no se logra un acuerdo por negociación directa entre las dos partes, se tratará de negociar a través del arbitraje. La UPM elegirá un árbitro, la UnB elegirá otro árbitro y el tercero será elegido de común acuerdo.

Leído el presente documento, firman el presente Convenio Específico de Movilidad en dos copias en portugués y español con el mismo contenido y validez.

UNIVERSIDAD POLITÉCNICA DE MADRID

RICOTE
LAZARO LUIS -
DNI 07527552C

Firmado digitalmente
por RICOTE LAZARO
LUIS - DNI 07527552C
Fecha: 2023.03.08
10:28:18 +01'00'

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA



Documento assinado digitalmente
DIEGO DE TASSIO SILVA
Data: 16/11/2022 15:10:30-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Prof. Dr. Luis Ricote Lázaro
Vicerrector de Internacionalización

Diego de Tássio Silva
Subsecretario de Asuntos Internacionales

Fecha
.....

Fecha.....